



CIDADANIA E DEMOCRACIA DESDE A ESCOLA

# A democracia é um bem de todos nós

Kit de atividades educativas para as eleições de 2022



o instituto auschwitz  
para a prevenção do genocídio  
e atrocidades massivas

O *Instituto Auschwitz para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas* é uma organização não governamental internacional que atua na área da prevenção ao genocídio e outras atrocidades massivas. A partir de um trabalho de assistência técnica, capacitação e educação, o Instituto Auschwitz apoia os Estados no desenvolvimento e/ou fortalecimento de políticas públicas voltadas para essa matéria. Além disso, o Instituto fomenta e articula a criação de redes de cooperação regionais e internacionais entre governos, sociedade civil e academia, com o objetivo de promover uma abordagem conjunta dos desafios contemporâneos relacionados com a proteção dos direitos humanos e a prevenção de abusos.

**Autoria:** Paula Alves

**Revisão:** Isadora Souza

**Coordenação:** Clara Ramírez-Barat

**Data e local:** São Paulo, julho de 2022

**Ilustrações:** Freepick e Canva



Os conteúdos originais deste livro podem ser reproduzidos total ou parcialmente para fins não comerciais, atribuindo o devido crédito ao *Instituto Auschwitz para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas*.

# Índice

1. Sobre o trabalho do Instituto Auschwitz no Brasil.....	4
2. A democracia em tempos difíceis.....	6
3. O que é e o porquê deste kit de atividades.....	8
4. Orientações para aplicar este material .....	10
5. Habilidades da BNCC.....	13
<b>ATIVIDADES .....</b>	<b>15</b>
<b>Atividade 1:</b> A democracia é uma conquista coletiva.....	<b>16</b>
<b>Atividade 2:</b> A democracia é um processo em construção .....	<b>23</b>
<b>Atividade 3:</b> O discurso que odeia a democracia .....	<b>29</b>
<b>Atividade 4:</b> <i>Fake news</i> , eleições em risco .....	<b>38</b>
<b>Atividade 5:</b> O voto é uma escolha pessoal de caráter coletivo .....	<b>43</b>
Referências.....	49

# 1. Sobre o trabalho do Instituto Auschwitz no Brasil

---

O [Instituto Auschwitz para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas \(AIPG\)](#) é uma organização internacional não-governamental fundada em 2006 e sediada em Nova Iorque que atua na área da prevenção de genocídio e outras atrocidades em massa.

Um dos pilares de atuação do instituto, o [Programa de Políticas Educacionais Warren](#), foi lançado em 2016 como resposta ao crescente interesse dos parceiros do Instituto de criar estratégias educativas dentro das políticas de prevenção. Nesse contexto, nasce o projeto [Cidadania e democracia desde a escola](#), em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, e a Secretaria Nacional da Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos (hoje Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos).

Com início em 2016, o objetivo do Instituto Auschwitz era desenhar uma proposta aos/às jovens que, partindo da realidade social e educativa brasileira, tivesse como finalidade contribuir para o fortalecimento dos valores democráticos e a cultura de respeito aos direitos humanos no país. Para dialogar com essa realidade particular na concepção e desenho da iniciativa, foi realizado um processo de consulta pública que reuniu cerca de 75 participantes, incluindo membros do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, representantes da sociedade civil, atores da comunidade educativa e observadores de organizações internacionais. A fim de complementar essas discussões e receber opiniões dos/as jovens, o Instituto Auschwitz também organizou encontros de estudantes na faixa etária de 15 a 18 anos.

Considerando os resultados obtidos nesse processo, o Instituto avançou no desenho de uma metodologia educativa que pudesse ser desenvolvida em escolas do sistema de ensino público do país. A elaboração desta proposta resultou no projeto Cidadania e democracia desde a escola, que tem como

objetivo criar e fortalecer espaços de diálogo em escolas públicas, baseados na pluralidade e no respeito ao próximo, servindo como ferramenta para prevenir o aumento do preconceito, intolerância e discriminação e estimular a participação dos/as jovens na construção de uma sociedade mais tolerante, democrática e solidária.

Para sua implementação, os/as professores/as participantes passam por um processo de formação e recebem um guia pedagógico que contém todos os conteúdos e informações necessárias para desenvolver o projeto em sala de aula. Em sua fase piloto, em 2018, a iniciativa envolveu um total de 15 professores/as e cerca de 650 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos estados de São Paulo e Distrito Federal. Desde então, o projeto já alcançou mais de 2.000 professores/as e 60.000 estudantes de todo o Brasil.

## 2. A democracia em tempos difíceis

Historicamente, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a democracia tem se consolidado no mundo como a forma de governo mais legítima. De acordo com o Índice da Democracia, elaborado pela revista *The Economist*, em 2021, 74 dos 167 países do mundo viviam sob um regime democrático, o que corresponde a cerca de 46% da população global. A esses países, somam-se as nações com sistemas híbridos (34), além dos regimes autoritários (59).<sup>1</sup> No mesmo sentido, a democracia é entendida pelas Nações Unidas como um de seus valores e princípios essenciais, universais e indivisíveis. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral em 1948, enuncia claramente o conceito de democracia quando afirma que “a vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos”.<sup>2</sup>

No entanto, nas últimas décadas, esse sistema tem enfrentado descrença de que é capaz de fornecer soluções para problemas mais profundos e de longo prazo como a desigualdade social. A dificuldade dos governos em assegurar direitos básicos e serviços de qualidade, somados às recorrentes denúncias de corrupção e de desrespeito ao interesse público, têm contribuído para que se instale uma atmosfera de descrédito e de distanciamento em relação à política e às instituições democráticas. Obstáculos complexos como as mudanças climáticas e a recente crise da Covid-19 só reforçam esse contexto. Ao mesmo tempo, movimentos como o advento da internet têm nos exposto a diferentes modos de vida, testando nossa capacidade de reconhecer e acolher uma pluralidade grande de vozes e opiniões.

Entre os/as jovens, essa perspectiva é amplamente compartilhada. Estudos indicam que globalmente a satisfação da juventude com a democracia está em declínio, não apenas em números absolutos mas em comparação com as gerações anteriores nas mesmas fases da vida.<sup>3</sup> É interessante perceber que nas democracias recentes, caso do Brasil, a falta de conexão com a memória de um regime autoritário também se apresenta como um aspecto importante deste fenômeno.

Isso se reflete nas pesquisas que medem a confiança dos brasileiros/as no sistema democrático. No levantamento realizado pelo Latinobarômetro em 2020<sup>4</sup> e na investigação do Valores em Crise do mesmo ano<sup>5</sup> apenas cerca de 40% dos/as entrevistados/as concordaram totalmente com a afirmação de que “a democracia seria preferível a qualquer outra forma de governo”. Desse grupo, 73,6% aceitariam relativizar o regime em situações de crise.<sup>6</sup>

Esse contexto cria um espaço ideal para movimentos populistas que promovem discursos divisivos e simplistas, contribuindo para o aumento da violência baseada na identidade observada mundialmente. Além disso, as novas formas de mídia e comunicação comumente atuam como condutoras dessas crescentes divisões, exacerbadas pela proliferação das chamadas *fake news* que distorcem a informação recebidas pelos/as cidadãos/as e confundem os debates na esfera pública.

Como reflexo dessa configuração, nota-se uma postura de apatia e alienação entre o eleitorado. A participação em sistemas democráticos implica, naturalmente, mais do que votar a cada dois ou quatro anos. Ainda assim, votar representa uma métrica importante para analisar o engajamento e o interesse dos/as cidadãos/ãs nos mecanismos de formulação de políticas públicas. Uma baixa participação eleitoral ameaça a legitimidade dos governos, que podem inclusive chegar a ser eleitos por uma minoria da população, não refletindo o amplo desejo popular.<sup>7</sup>

O cenário brasileiro tem acendido alertas nesse sentido. Nas eleições municipais de 2020, 11 milhões de pessoas deixaram de votar no segundo turno em todo o Brasil, o que representa 29,47% do número total de eleitores e eleitoras.<sup>8</sup> Apesar da pandemia seguramente representar um fator relevante nesse cenário, a verdade é que a abstenção é um movimento que vem crescendo no país. Em 2018, no segundo turno, mais de 52,2 milhões de pessoas de um total de 147,3 milhões de eleitores/as cadastrados/as não votaram, fazendo desta a taxa de abstenção para pleito presidencial mais alta desde 1998.<sup>9</sup>

### 3. O que é e o porquê deste kit de atividades

---

Desde o ano de 2016, o Instituto Auschwitz desenvolve no Brasil seu projeto *Cidadania e democracia desde a escola* com a finalidade de fomentar o debate acerca da democracia e do respeito aos direitos humanos nas escolas públicas do país. Na prática deste trabalho, o Instituto reflete constantemente sobre os desafios que enfrenta globalmente a democracia, ao mesmo tempo que percebe o impacto nas escolas do complexo cenário brasileiro de polarização e intolerância política, agravado pelas difíceis consequências sociais e econômicas geradas ao longo de dois intensos anos de pandemia.

Os frequentes ataques aos valores e princípios democráticos, que incluem questionamentos sobre a idoneidade do sistema eleitoral brasileiro, chamam a atenção para a necessidade de um investimento consciente em processos educativos que visam proteger e estimular a participação política dos/as cidadãos/ãs brasileiros/as - naturalmente não só, mas também no que diz respeito ao voto. Processos educativos que abordem a liberdade do voto também como um compromisso coletivo e que busquem amadurecer compreensões relacionadas à cultura e às instituições democráticas. Considerando que a redemocratização do Brasil é um evento ainda recente, é também necessário que se faça uma retomada a cada nova eleição de entendimentos indispensáveis ao exercício da cidadania que envolvem o respeito aos direitos básicos sociais, políticos e civis de todos e todas.

É nesse contexto que o Instituto Auschwitz, através do seu Programa de Políticas Educacionais Warren, lança este kit de atividades educativas. Nosso objetivo é contribuir com os/as professores/as na promoção de diálogos seguros, plurais e estimulantes sobre as mencionadas temáticas, entendendo que essa não é sempre uma tarefa fácil diante dos diferentes desafios que enfrentam as escolas diariamente, e considerando as frustrações com o cenário político, econômico e social brasileiro, que naturalmente também atingem estudantes e os/as próprios/as educadores/as.



Dessa maneira, o percurso pedagógico proposto no presente kit apresenta *cinco atividades* previstas para serem realizadas entre *45 e 50 minutos* e que adotam uma *metodologia ativa e participativa*. O desejo do Instituto Auschwitz é que este seja um material prático e sugestivo para o/a educador/a, que pode e deve adaptar as atividades à realidade da sua escola e turma. Vale ressaltar também, que, ainda que as atividades tenham sido pensadas enquanto sequência pedagógica, elas podem ser realizadas independentemente.

A Atividade 1, **A democracia é uma conquista coletiva**, pretende resgatar, através de um quiz interativo, a perspectiva do voto universal enquanto um processo estabelecido por meio de luta e comprometimento social, buscando promover a valorização desse direito que é de todos/as nós. Em seguida, a Atividade 2, **A democracia é um processo em construção**, busca complementar à discussão anterior, convidando os/as estudantes a analisar a democracia como um processo não finalizado, mas sim em contínua mudança, procurando verificar de que maneiras ela ainda pode ser aprimorada no que tange a inclusão e representação de diferentes grupos sociais. Seguindo essa introdução, na Atividade 3, **O discurso que odeia a democracia**, os/as estudantes são provocados/as a pensar sobre um dos principais riscos à democracia, o discurso de ódio, e as consequências do mesmo para a participação popular, levando em conta sua prática intensa em períodos eleitorais. Na sequência, a Atividade 4, **Fake news, eleições em risco**, aborda outro desafio importante para o pleno exercício da cidadania, instigando os/as jovens a considerar a desinformação enquanto elemento de ameaça para a plena decisão do voto. Por fim, na Atividade 5, **O voto é uma escolha pessoal de caráter coletivo**, os/as estudantes farão o exercício de refletir sobre o impacto coletivo das nossas escolhas individuais, de maneira a estimular a responsabilidade cidadã nas eleições tendo como perspectiva a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa para todos/as.

## 4. Orientações para aplicar este material

Falar sobre assuntos delicados ou controversos é uma oportunidade valiosa para nos prepararmos melhor para interpretar e nos relacionar com o mundo complexo em que vivemos. Através de conversas difíceis, ganhamos habilidades de pensamento crítico, empatia, tolerância e um senso de responsabilidade cidadã.<sup>10</sup> Ao mesmo tempo, criar e manter um ambiente de aprendizagem positivo, baseado no respeito e na confiança, em que todos/as se sintam à vontade para compartilhar experiências, explorar honestamente suas perspectivas e aprender juntos, deve ser sempre uma meta do/a educador/a. “A sala de aula deve ser um lugar onde os/as estudantes aprendem a trocar perspectivas, a ouvir respeitosamente diferentes pontos de vista, a experimentar ideias e posições, e dar – e obter – feedback construtivo sem medo ou intimidação.”<sup>11</sup>

A consolidação da sala de aula enquanto espaço seguro é um processo contínuo que requer um compromisso tanto do/a educador/a quanto dos/as estudantes, que precisarão nutrir esse ambiente, através das formas como participam das dinâmicas propostas. Por isso, na abordagem de tópicos mais sensíveis, todo tempo gasto na criação de uma cultura de sala de aula coesa, aberta e segura é um tempo bem gasto. Nesse sentido, algumas estratégias são especialmente bem vindas como a criação de acordos de sala de aula, organização de grupos de discussão menores, promoção de espaços individuais para reflexão e arranjos de espaços convidativos (como rodas de conversas).

### Nota

Professor/a, você pode acessar mais dicas no [caderno](#) do projeto *Cidadania e Democracia desde a Escola*, do Instituto Auschwitz, no item “Dicas para o/a Professor/a”, p. 15.

Um dos elementos mais importantes na construção de um espaço seguro na sala de aula é a promoção da **cultura do diálogo**. As perguntas, talvez mais importantes do que qualquer outra coisa, promovem a aprendizagem ativa. Quando iniciamos um diálogo, nos engajamos em um processo de nos tornarmos cada vez mais conscientes. Um questionamento saudável das causas, motivos, pressupostos e valores subjacentes só pode enriquecer a aprendizagem e promover uma compreensão mais profunda da realidade.<sup>12</sup>

No entanto, não é realista esperar que a sala de aula seja um espaço “completamente seguro” para todos/as os/as participantes o tempo todo. Proporcionar oportunidades para diálogos complexos inevitavelmente traz alguns elementos de risco; mas estes podem ser minimizados através de uma preparação adequada. Por isso, é importante abordar a prática do diálogo com a atitude certa: se o/a educador e os/as estudantes não estiverem preparados/as, o diálogo pode tornar-se uma experiência negativa, ou permanecer num nível superficial que não facilita a aprendizagem.<sup>13</sup> Algumas orientações nesse sentido incluem:

- Se uma discussão está ficando muito acalorada, você pode pedir um tempo e criar uma oportunidade para que o grupo reflita sobre o que está acontecendo com a discussão, permitindo que eles/as aprendam algo sobre si mesmos/as e como se sentem sobre o tópico específico;
- É importante notar se as emoções dos/as estudantes assumem o controle e eles/as não conseguem mais se concentrar nas complexidades do problema ou apenas conseguem ver sua perspectiva, adotando pontos de vista polarizados e tornando-se defensivos/as ao invés de construtivos/as;
- Se você ouvir insultos ou ataques pessoais baseados em estereótipos ou preconceitos, certifique-se de responder a situação de forma firme e adequada. É importante sempre lembrar aos/às estudantes o código de conduta e as expectativas acordadas em sala de aula.

Por fim, não esqueça de que você é a pessoa responsável pelo gerenciamento da atividade. Nesse sentido, assegure-se de sempre manter a calma em eventuais momentos de tensão. Se os/as estudantes ficarem com raiva ou frustrados/as ou se a dinâmica não funcionar, interrompa o diálogo. Use-o como base para uma oportunidade de aprendizado, refletindo sobre a experiência e considerando como a gestão de uma discussão semelhante poderia ser melhorada no futuro; tanto para os/as estudantes quanto para você.

A seguir, você encontrará perguntas que podem ajudar a analisar se as condições para a criação de um espaço seguro na sala de aula estão presentes.<sup>14</sup>

1. Quão acolhedora é a sala de aula para todos os/as estudantes?
2. Como se encontra a disposição dos assentos? Incentiva o diálogo ou os/as estudantes estão em filas onde não podem ver uns aos outros facilmente?
3. Como os/as estudantes indicam que querem falar?
4. Como se reportam uns aos outros?
5. Como você lida com casos de desrespeito e de intolerância?
6. Ao lidar com esses casos de desrespeito, você envolve a participação dos/as estudantes para analisar como o grupo se sente quando os mesmos acontecem?
7. Como você engaja os/as estudantes que estão relutantes em participar do diálogo?
8. Como os/as estudantes sabem que são valorizados/as?
9. Diferentes perspectivas são encorajadas?
10. Todas as vozes são ouvidas?
11. Os/as estudantes falam a partir da perspectiva do 'eu', compartilhando seus próprios pensamentos e experiências, em vez de generalizar?

## 5. Habilidades da BNCC

A seguir, encontram-se todas as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Itinerários Formativos do Ensino Médio, associados às competências gerais da BNCC, trabalhadas ao longo do percurso pedagógico proposto neste material. Elas também estarão sinalizadas em cada uma das atividades.

### BNCC: Fundamental II

<b>EF05HI04</b>	Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.
<b>EF05HI05</b>	Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.
<b>EF09HI24</b>	Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.
<b>EF09HI26</b>	Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
<b>EF09LP01</b>	Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação/ avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc.
<b>EF69LP01</b>	Diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia quando for o caso.
<b>EF69LP14</b>	Formular perguntas e decompor, com a ajuda dos colegas e dos professores, tema/ questão polêmica, explicações e ou argumentos relativos ao objeto de discussão para análise mais minuciosa e buscar em fontes diversas informações ou dados que permitam analisar partes da questão e compartilhá-los com a turma.
<b>EF69LP15</b>	Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.

## BNCC: Ensino Médio

<b>EM13CHS60</b>	Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.
<b>EM13LP26</b>	Engajar-se na busca de solução de problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, dentre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade.
<b>EM13LP42</b>	Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, gifs, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.
<b>EM13CHS503</b>	Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
<b>EM13CHS601</b>	Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.
<b>EM13CHS606</b>	Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.
<b>EM13LGG702</b>	Avaliar o impacto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na formação do sujeito e em suas práticas sociais, para fazer uso crítico dessa mídia em práticas de seleção, compreensão e produção de discursos em ambiente digital.

## Itinerários Formativos

<b>EMIFCG01</b>	Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.
<b>EMIFCG07</b>	Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.
<b>EMIFCHSA07</b>	Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.



# Atividades educativas para as eleições de 2022



## Atividade 1

# A democracia é uma conquista coletiva

### Objetivo geral

Provocar a percepção do voto como uma conquista coletiva, de maneira a instigar a valorização desse direito universal e do processo de construção da democracia no país.

### Habilidades da BNCC

EF05HI05, EF09HI24, EM13CHS603, EMIFCG07.

### Tempo estimado

45-50 minutos.

### Materiais para aula

Projeter e anexos impressos e recortados. Se não for possível imprimi-los, você pode pedir para que os/as estudantes dividam uma folha de papel sulfite em duas partes, escrevendo “verdadeiro” em uma e “falso” na outra.

### Passo a passo

Diversas vezes, quando nos deparamos com um contexto que está “posto”, não refletimos sobre seu processo de construção, considerando automaticamente que aquela estrutura sempre se manteve assim e assim se manterá. Essa é uma dinâmica que pode ser percebida na relação dos/as jovens com o sistema democrático brasileiro. Por não terem experienciado o caminho de luta e conquista da democracia, a juventude frequentemente se vê distante desse processo, considerando o mesmo como natural ou dado e assim subestimando os valores democráticos e os riscos que enfrenta a sobrevivência desse sistema.

Assim, a preocupação da nova geração de eleitores/as que surge em contextos onde a transição democrática já ocorreu (ainda que recentemente)



passa a ser muito mais em relação ao seu funcionamento prático - incluindo a sua capacidade de responder a problemas como desemprego, a corrupção, a desigualdade e a violência - e menos ao que ela representa enquanto ideal.<sup>15</sup> Como consequência, a legitimidade da democracia (e de suas ferramentas centrais, como o voto) passa a ser posta em prova à medida que o Estado encontra dificuldade em devolver a confiança depositada através de serviços públicos satisfatórios. Levando em consideração esse contexto, essa atividade incentiva um resgate dessa memória, buscando promover uma abordagem à democracia - e especificamente ao direito ao voto - como uma conquista oriunda da luta coletiva.

## UMA CONQUISTA CHAMADA DEMOCRACIA

“Em toda minha existência, no que vi e vivi, a proclamada democracia, na qual o povo exerce a soberania, foi uma busca constante, incessante concentração de esforços de grupos, organizados ou não, no ensejo de poder, sobretudo no exercício do ato de votar e ser votado, produzir uma sociedade, onde a igualdade, o respeito às diferenças, a melhor distribuição da riqueza e a efetiva liberdade façam parte integrante da cidadania desejada e aspirada. Enfim, uma sociedade preocupada com a aproximação das distâncias, social e econômica, com oportunidades iguais para todos e todas, sem perder as devidas diferenças. Um sonho e uma conquista, recheados de lutas, esforços e comprometimentos das próprias vidas daqueles que se puseram à sua construção, com marcas profundas de historicidade!

A democracia é uma conquista do povo! Ninguém, nenhum grupo, pode desordenar ou destituir tal conquista. Todo esforço deve ser a favor de sua manutenção, de sua melhoria, ampliação e, especialmente, de seu fortalecimento.”<sup>16</sup>

**1.** Para iniciar a atividade, introduza o tema a ser trabalhado, lançando perguntas provocadoras à turma:

- *Vocês acham que a democracia é algo que esteve sempre presente na nossa sociedade?*
- *O direito ao voto sempre foi um direito universal?*
- *Por que votamos? Qual a importância do voto?*
- *O que vocês sabem sobre a construção desse processo?*

**2.** Em seguida, os/as estudantes serão convidados/as a participar de um quiz. Para isso, divida a turma em grupos de 3 a 4 pessoas, distribuindo as *placas de resposta* (ANEXO I). Oriente os grupos de que afirmações serão lidas por você e que eles/as deverão indicar, levantando a placa, se consideram que aquela afirmação é verdadeira ou falsa;

**3.** Inicie o quiz lendo para os/as estudantes as afirmações abaixo<sup>17</sup> (professor/a, sinta-se livre para adicionar afirmações ao quiz):

» A eleição presidencial do Brasil de 1894 foi a primeira eleição direta do país. Nessa eleição, o voto já era universal (um direito de todos).

Gabarito: falso. A Constituição de 1891 que vigorou durante toda a República Velha (1889-1930) determinou o direito ao voto apenas a homens com mais de 21 anos que não fossem analfabetos, indígenas, religiosos ou militares.

» Com as restrições impostas, durante a República Velha, de 1889 a 1930, não participavam nem 30% da população nas eleições.

Gabarito: falso. Esse número era ainda menor: 10%

» Foi apenas com o primeiro Código Eleitoral do Brasil, criado em 1932, que o voto passou a ser secreto.

Gabarito: verdadeiro

» A instituição do voto feminino também se deu a partir do primeiro Código Eleitoral do Brasil, de 1932. Todas as mulheres puderam então ter direito ao voto.

Gabarito: falso. O voto feminino era direito das mulheres solteiras e viúvas que exerciam trabalhos remunerados. As mulheres casadas deveriam ser autorizadas pelos maridos para votar. Apesar disso, o Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a oficializar o voto feminino.

» O golpe militar de 1964 impediu a manifestação mais legítima de cidadania, ao proibir o voto direto para presidente da República e representantes de outros cargos majoritários, como governador, prefeito e senador. Apenas deputados federais, estaduais e vereadores eram escolhidos pelas urnas.

Gabarito: verdadeiro

» A ditadura militar no Brasil durou 7 anos.

Gabarito: falso. A ditadura militar no Brasil durou 21 anos.

» Em outubro de 1965, o presidente Castello Branco editou o Ato Institucional nº 2, que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos.

Gabarito: verdadeiro.

» Emissoras de rádio e televisão funcionavam normalmente durante a ditadura.

Gabarito: falso. A censura à imprensa era um dos principais marcos do período ditatorial.

» A população brasileira ficou 29 anos sem poder escolher diretamente seu presidente.

Gabarito: verdadeiro

» Por 50 anos, pessoas analfabetas foram proibidas de votar no Brasil.

Gabarito: falso. Foram na verdade 100 anos: entre 1881 e 1985, analfabetos/as foram proibidos/as de votar no Brasil.

» “Diretas Já” foi um movimento político de cunho popular que começou em maio de 1983 e foi até 1984 e teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil. O movimento mobilizou milhões de pessoas em comícios e passeatas.

Gabarito: verdadeiro.

» A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu o sufrágio universal: pleno direito ao voto de todos cidadãos/as adultos/as, independentemente de alfabetização, classe, renda, etnia ou sexo, salvo exceções menores.

Gabarito: verdadeiro.

» Atualmente, o Brasil possui a maior eleição informatizada do mundo.

Gabarito: verdadeiro. No pleito municipal de 2020, mais de 147 milhões de eleitores votaram em mais de 400 mil urnas eletrônicas instaladas em 5.567 municípios.

» No início de 2022, o país ganhou 2.042.817 novos/as eleitores/as de 16 a 18 anos, um aumento de 47,2% em relação ao mesmo período em 2018.

Gabarito: verdadeiro.

**4.** Professor/a, é provável que as afirmações trazidas provoquem alguma surpresa ou questionamentos por parte da turma. Aproveite esse contexto para pedir para que os/as estudantes reflitam sobre quão distantes alguns dados parecem do cotidiano atual. Para isso, você pode projetar o Artigo 14º da [Constituição Brasileira](#) de 1988 que pauta sobre os Direitos Políticos, solicitando que os/as estudantes identifiquem, através do texto da Constituição, as evoluções ocorridas nesse processo.

**5.** Para finalizar a atividade, peça para que, ainda em grupos, reflitam sobre como responder a essa pergunta: *se a democracia, a Constituição brasileira e o direito ao voto foram conquistas coletivas resultado de um processo de luta e comprometimento da sociedade, o que podemos fazer para preservá-los?*

## Nota

Professor/a, você pode acessar mais atividades que trabalham esse conteúdo no [caderno](#) do projeto *Cidadania e democracia desde a escola*, do Instituto Auschwitz, no eixo “Democracia, comunicação e direito à informação”, p. 109.



## Para saber mais

GEREMIAS, Allan; VINICIUS, Marcio. A história do voto no Brasil. **Politize!**, 11 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-do-voto-no-brasil/>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

MACEDO, Ana Raquel; CECCHERINI, Mauro (ed.). A história do voto no Brasil: da primeira eleição ao voto secreto. **Agência Câmara de Notícias**, reportagem especial, sem data. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/439742-a-historia-do-voto-no-brasil-da-primeira-eleicao-ao-voto-secreto>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

OPPERMANN, Álvaro. Sufrágio universal: a conquista do voto através dos séculos. **Aventuras na História**, 01 de set. de 2008. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/sufragio-universal-eleicoes-436279.phtml>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

# Anexo I

Recorte na linha tracejada



**Verdadeiro**

Recorte na linha tracejada



**Verdadeiro**

Recorte na linha tracejada



**Falso**

Recorte na linha tracejada



**Falso**

## Atividade 2

# A democracia é um processo em construção

### Objetivo geral

Criar um espaço de reflexão crítica acerca da inclusão e representação dos diferentes grupos sociais no processo democrático, incentivando a percepção da democracia como um processo em constante construção do qual todos/as cidadãos/ãs deveriam fazer parte.

### Habilidades da BNCC

EF05HI05, EF09HI24, EM13CHS601, EM13CHS606, EMIFCG07.

### Tempo estimado

45-50 minutos.

### Materiais para a aula

Anexo impresso (se não for possível, projetado).

### Passo a passo

Ainda que consideremos que a democracia brasileira é resultado de um processo de conquista importante, é essencial também reconhecer que, como todas as democracias, ela ainda se encontra em construção. Como ressalta Marilena Chauí, “a democracia representa o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade é constitutiva de seu modo de ser.”<sup>18</sup> Dessa forma, é essencial perceber que essas transformações são inerentes ao processo de constituição da democracia justamente porque a democracia implica, através da representação, no poder coletivo, e o coletivo está sempre em transformação.

Por esse motivo, o fortalecimento da democracia passa obrigatoriamente pela participação de pessoas e comunidades tradicionalmente excluídas na

tomada de decisões: “a concentração do poder político nas mãos da elite política e econômica cria condições para uma captura do Estado em benefício dos interesses daqueles que compõem esse grupo, um fenômeno que será tanto mais intenso quanto mais limitada for a participação popular no processo decisório.”<sup>19</sup> A democracia, por fim, precisa consistir em uma ferramenta para criação e ampliação de direitos, conectando-se intrinsecamente à busca pela igualdade, pela inclusão, e pela justiça social, princípios nos quais ela se sustenta.

Levando isso em consideração, essa atividade propõe uma reflexão sobre o processo de constante construção da democracia, através da análise crítica de quem são os atores sociais que hoje estão ao centro desse processo e de que maneira a ausência de representação de outros grupos, apesar do direitos universais estabelecidos na Constituição de 1988, impacta na realidade coletiva.

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO

A inclusão de estratos sociais antes afastados da arena política-representativa, a partir de 1988, foi seguida por elevadas taxas de participação eleitoral, inclusive dos mais pobres. Esse contingente populacional passou a exercer seu voto em prol de políticas que os favorecessem, tendo como base o extenso rol de direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Graças a seu peso demográfico, o voto dos mais pobres tornou-se decisivo em eleições majoritárias.

Como resultado, partidos de diferentes vertentes viram-se incentivados a aumentar a convergência ao redor das demandas desse eleitorado, concentrado nos cinco primeiros decis de renda. Isso representou a implementação e o fortalecimento de políticas sociais, como, por exemplo, a ampliação de serviços públicos e ganhos reais de renda para os mais pobres. Nesse sentido, destacam-se o aumento real do valor do salário-mínimo e efeitos vinculados, como o pagamento de pensões não contributivas vinculadas ao salário-mínimo a partir de 1988.<sup>20</sup>



**1.** Reúna a turma em um círculo, iniciando uma discussão que remeta às reflexões trazidas pela atividade anterior (Atividade 1: Democracia é uma conquista coletiva);

- *Pensando no processo de constituição da democracia do Brasil sobre o qual refletimos na atividade passada, vocês acham que agora a democracia está pronta?*
- *O voto universal garante a participação e representação de todos os grupos? Se não, o que falta para que isso aconteça?*

**2.** Em seguida, de maneira a trazer mais substância à discussão, exponha alguns dados sobre representação política para os/as estudantes (ANEXO II);

**3.** A partir dos dados trazidos, questione ao grupo de que forma eles/as acreditam que esse cenário pode influenciar as decisões tomadas e as leis implementadas pelos representantes. Ou seja, *de que maneira essa desigualdade na participação política volta para a sociedade em resultados concretos;*

#### Nota

Professor/a, nesse momento, é interessante fomentar uma reflexão sobre as consequências práticas que podem ser vistas no dia a dia dos/as estudantes, para que eles/as possam visualizar de forma mais palpável o impacto da desigualdade na representação política. Um exemplo poderia ser discutir como a presença limitada de mulheres no Congresso pode estar relacionada com a dificuldade de implementar leis voltadas para esse grupo, como a distribuição gratuita de absorventes nas escolas.

**4.** Em seguida, organize os/as estudantes em grupos de 3 a 4 pessoas, distribuindo um trecho do texto de Marilena Chauí para leitura em conjunto (ANEXO III). Ressalte que eles/as devem estar atentos/as para encontrar no texto relações com os dados anteriormente expostos;

**5.** Por fim, peça para que cada grupo sintetize a reflexão que eles/as tiram dessa atividade, compartilhando com a turma.



## Para saber mais

BLANCO, Patricia. Fortalecer a diversidade é fortalecer a democracia. **Folha de São Paulo**, 16 de set. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/09/fortalecer-a-diversidade-e-fortalecer-a-democracia.shtml>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

GATTO, Malu; RUSSO, Guilherme; THOMÉ, Debora. **+Representatividade**: relatório. São Paulo: Instituto Update, 2021. Disponível em: [https://institutoupdate.org.br/maisrepresentatividade/wp-content/uploads/2021/12/UpdateRepresentatividade\\_Relatorio-1.pdf](https://institutoupdate.org.br/maisrepresentatividade/wp-content/uploads/2021/12/UpdateRepresentatividade_Relatorio-1.pdf). Acesso em: 05 de jun. de 2022

OXFAM Brasil. **Democracia Inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio\\_democracia\\_inacabada\\_vs07.pdf](https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio_democracia_inacabada_vs07.pdf). Acesso em: 06 de jun. 2022

REDAÇÃO. Em ano eleitoral, pesquisas reafirmam a importância da representatividade e de jovens na política. **GIFE**, 14 de fev. 2022. Disponível em: <https://gife.org.br/pesquisas-reafirmam-a-importancia-da-da-representatividade-e-de-jovens-na-politica/>. Acesso em: 06 de jun. de 2022

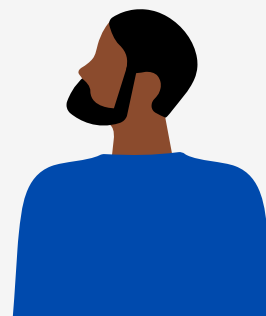
TELLES, Pedro. **Democracia de quem?** Um estudo sobre desigualdades e eleições no Brasil. Londres: Instituto Update, 2019. Disponível em: <https://www.institutoupdate.org.br/publicacoes>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

# Representação na política



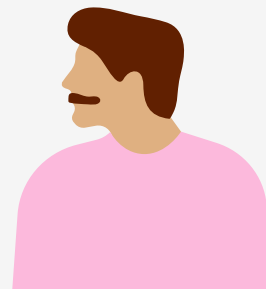
No Brasil, as **mulheres** ocupam apenas 15,2% dos assentos na Câmara e 12,4% no Senado, ocupando a 142ª posição no ranking mundial.

Apesar de **pretos e pardos** somarem metade da população nacional, mais precisamente 56,1% segundo dados do IBGE, o Brasil nunca teve um presidente auto declarado negro. Atualmente, 76% do Congresso Nacional é composto por pessoas brancas.



A deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR) é atualmente a única representante **indígena** no Congresso Nacional.

Atualmente 49,7% dos congressistas eleitos possuem mais de R\$ 1 milhão de patrimônio, o que os coloca no grupo dos 0,1% mais **ricos** da população.



## Anexo III

A democracia é uma forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes é o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real.

Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para criar novos direitos. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem, uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade.

A democracia é uma forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade, mas também pela existência das eleições, pois estas (contrariamente do que afirma a ciência política) não significam mera “alternância no poder”, mas assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade, e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isso.

Uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e quando essa instituição é uma criação social.

CHAUÍ, Marilena. Breve história da democracia. In: CHAUÍ, Marilena; FONTES, Virgínia; MAZZEO, Antônio Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. A democracia pode ser assim: história, formas e possibilidades. **Seminário Internacional “Democracia em colapso?”**. São Paulo: Boitempo e Sesc São Paulo, 2019, p.11-13. Disponível em: [https://democraciaemcolapso.files.wordpress.com/2019/10/apostila\\_curso\\_a-democracia-pode-ser-assim\\_boitempo-sesc-2019-1.pdf?fbclid=IwAR3bXGqeaPJBVRVi8UG0da1bPtWVkyJYh8V6RrnlslzByQloIEDPhUtaEs](https://democraciaemcolapso.files.wordpress.com/2019/10/apostila_curso_a-democracia-pode-ser-assim_boitempo-sesc-2019-1.pdf?fbclid=IwAR3bXGqeaPJBVRVi8UG0da1bPtWVkyJYh8V6RrnlslzByQloIEDPhUtaEs). Acesso em: 05 de jun. de 2022

## Atividade 3

# O discurso que odeia a democracia

### Objetivo geral

Ampliar o conhecimento dos/as estudantes sobre o que realmente significa o discurso de ódio, e a quem ele é direcionado, buscando entender as consequências que essa prática, ampliada no período eleitoral, gera para o bom funcionamento da participação social na democracia.

### Habilidades da BNCC

EF05HI04, EF09HI26, EF69LP01, EM13CHS503, EMIFCHSA07.

### Tempo estimado

45-50 minutos.

### Materiais para aula

Projektor (para exibição dos anexos).

### Passo a passo

O discurso de ódio é uma temática que vem recebendo bastante atenção nos últimos tempos, especialmente pelo aumento do seu alcance e intensidade promovido pela internet e suas redes sociais. Mas ainda que muitas vezes ele seja descrito de forma superficial, como se representasse simplesmente uma má conduta, ele vai muito além. O discurso de ódio é caracterizado por um tipo de violência verbal, que tem como base a não aceitação das diferenças e consequente desumanização de pessoas. Nesse sentido, ele pode ser conceituado como “o ataque a grupos étnicos, raciais, religiosos, minorias sexuais ou a qualquer outro grupo vítima de preconceito, inclusive em decorrência de origem territorial, caracterizado por pregar a intolerância em relação aos discriminados, buscando ou propondo, direta ou indiretamente, sua exclusão da sociedade, eliminação física, remoção do lugar em que vivem.”<sup>21</sup>

O discurso de ódio, que busca reforçar a ideia do inimigo, também tem alvo muito claro: mulheres, pessoas negras, comunidade LGBTQIA + e outras minorias historicamente discriminadas socialmente. É por isso que, além de ter graves consequências sobre aqueles/as que são alvos, o discurso do ódio também gera sérios perigos para a coesão das sociedades e a proteção dos direitos humanos. Na medida em que se baseia no preconceito e na intolerância, o discurso do ódio é uma arma que busca reproduzir e aumentar essas atitudes, gerando mais divisão, conflito e violência.

Se as redes sociais e a internet impulsionam a disseminação do discurso de ódio, ele também pode ser percebido em maior proporção em momentos de mais agitação social, como o ano das eleições, na medida que se converte, para alguns, numa estratégia política. Assim, dados da organização SaferNet, que já recebeu mais de 2,5 milhões de denúncias de conteúdos de ódio, indicam que no Brasil houve consideravelmente mais denúncias de racismo, LGBTfobia, xenofobia, neo-nazismo, misoginia e apologia a crimes contra a vida em 2018 e 2020, anos das últimas eleições municipais e presidenciais, em relação aos anos anteriores.<sup>22</sup> O aumento das denúncias chama atenção de órgãos governamentais, como o TSE, que passaram a investir em campanhas de conscientização sobre o assunto nas suas redes sociais.

Como consequência, a violência produzida pelo discurso de ódio passa a representar um obstáculo muito concreto para o desenvolvimento de um espaço público de plural e diverso que sustenta o *ethos* democrático, e de forma mais específica afetando a inclusão das minorias em lugares de poder. Se de um lado ele sustenta as barreiras que impedem que essas pessoas ascendam à política, por outro, ele também as constrange e limita, quando chegam a esses espaços — onde já são sub-representadas.<sup>23</sup> Dessa forma, o discurso de ódio representa um movimento que reflete e ao mesmo tempo alimenta as dinâmicas de opressão existentes na sociedade.

Considerando que o discurso de ódio configura um aspecto importante e ameaçador ao processo democrático e ao bom funcionamento das eleições, essa atividade propõe que os/as estudantes reflitam sobre as consequências geradas para a democracia e para a inclusão.

## O DISCURSO DE ÓDIO E SUA CAPACIDADE DE MINAR A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A manutenção dos regimes democráticos depende, dentre outros fatores, de um equilíbrio saudável entre liberdade de expressão e combate à intolerância, especialmente quando direcionada a grupos minoritários. Tão importante quanto a possibilidade de livre expressão de cada sujeito é a manutenção de um ambiente democrático no qual discursos que representam um ataque à diversidade sejam adequadamente contidos, como os discursos de ódio ou violentos. As possibilidades de expressão pública geradas pelas mídias sociais colocam novos desafios a essa já controversa equação.<sup>24</sup>

Nesse sentido, o discurso tem sido utilizado como técnica para minar a participação política, principalmente de mulheres, da população LGBTQIA+, de pessoas negras e indígenas, grupos estruturalmente excluídos do processo democrático. Em grande parte, esse fenômeno é manifestado por discursos de ódio através de ameaças, assédios, intimidações e uso de desinformação. No seu ápice, chega a atos explícitos de violência, como o cometimento de homicídios políticos e agressões físicas.

Os números preocupam, sobretudo porque a violência política através do discurso de ódio e da desinformação tem uma grande capacidade de formar opinião pública, criando verdadeiras redes de ataque a candidaturas que estejam sob o foco desse tipo de ação.

Tal cenário gera uma baixa representatividade na política quando comparada à de homens brancos. Dos 5.570 municípios brasileiros, somente 12%, por exemplo, são liderados por mulheres. Mulheres negras são 3,2% das prefeitas. Nas eleições de 2020, mais de um terço dos municípios conta com apenas candidaturas brancas à prefeitura. Nas casas legislativas, as mulheres ocupam 15% dos assentos da Câmara e 14,8% no Senado. Parlamentares negras são apenas 2,36% do Congresso Nacional. No universo de 57.814 vereadores eleitos em 2015, apenas 13% são mulheres, segundo o TSE. Vereadoras negras não chegam a 5%.<sup>25</sup>

**1.** Primeiramente, de maneira a levantar as perspectivas já existentes sobre a temática, pergunte à turma o que entendem ser o “discurso de ódio”. Anote na lousa as palavras chaves que forem trazidas pelos/as estudantes;

**2.** Depois que as ideias forem expostas, é importante compartilhar com os/as estudantes conceitos sedimentados, fazendo referência ao fato de que existe hoje uma discussão ao redor dessa conceitualização. Para isso, você pode usar as definições abaixo:

“O discurso de ódio abrange muitas formas de expressão que defendem, incitam, promovem ou justificam o ódio, a violência e a discriminação contra uma pessoa ou grupo de pessoas por várias razões.”

*(European Commission against Racism and Intolerance, sem data)*

“Qualquer forma de comunicação verbal, escrita ou comportamento, que atente ou use linguagem depreciativa ou discriminatória em relação a uma pessoa ou grupo com base em quem eles são ou, em outras palavras, no base de sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, ancestralidade, gênero ou outro fator de identidade.”

*(Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas para a Luta contra o Discurso do ódio, maio de 2019)*

**3.** Em seguida, introduza a relação do discurso de ódio com as eleições perguntando à turma *se percebem ou acreditam que exista um aumento desse discurso de ódio durante esse período e o porquê*. Para que os/as estudantes tenham uma perspectiva real do contexto existente, exponha os números levantados pela organização Safernet (ANEXO IV);

**4.** Dando continuidade, é hora de trazer as histórias por trás desses números. Para isso, exponha diferentes relatos/manchetes retirados de jornais que denunciam diferentes episódios nesse sentido (ANEXO V);

**5.** Agora que os/as estudantes foram provocados por esses dados, fomente a reflexão através de perguntas norteadoras:

- *Por que as eleições representam um período de piora nos índices de discurso de ódio?*
- *Vocês conseguem identificar se há um padrão nas vítimas? Qual?*



## Nota

Professor/a, a partir das denúncias, SaferNet traçou um perfil das vítimas de discurso de ódio e percebeu que elas têm cor e gênero bem definidos. Cerca de 59,7% das vítimas desses discursos de ódio são pessoas negras, e 67% são mulheres. Outras minorias, como pessoas LGBTQ+ e indígenas, também figuram nas estatísticas.<sup>26</sup>

O Instituto Marielle Franco também mapeou casos de violência política exercida contra candidaturas de 142 mulheres negras, de 21 estados e 16 diferentes partidos. Os resultados preliminares demonstram que, em 2020, a violência virtual foi a principal forma de ataque relatada pela maioria das mulheres negras candidatas, totalizando 78% dos casos. Dos ataques sofridos nas suas redes, mais de 20% continham conteúdo misógino e 18% continham conteúdo racista.<sup>27</sup>

**6.** Por fim, peça para que os/as estudantes reflitam, compartilhando suas respostas com o grupo, sobre a seguinte pergunta: *quais são os danos que discurso de ódio provoca na democracia?*



## Para saber mais

CHAGAS, Inara. Discurso de ódio: o que caracteriza essa prática e como podemos combatê-la? **Politize!**, 04 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/discurso-de-odio-o-que-e/>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

DECOTHÉ, Marcelle; LIMA, Brisa; PINTO, Fabiana (cord.). **Violência Política de Gênero e Raça 2021**: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

SAFERLAB. O que é discurso de ódio. **SaferLab**, sem data. Disponível em: <https://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

SANTANA, Jamile. “Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral. **AzMina**, 05 de nov. de 2020 . Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

TRETA AQUI. O **TretAqui** é uma plataforma de denúncias sobre violência política, que foi lançada em 2018. O objetivo é reunir notificações feitas de forma voluntária pela sociedade civil através do site [www.tretaqui.org/](http://www.tretaqui.org/).

# O discurso de ódio e as eleições

Só a SaferNet já recebeu **mais de 2 milhões de denúncias de conteúdos de ódio na internet.**

Os indicadores da Central de Denúncias apontam que as eleições tornaram-se, nos últimos anos, um campo fértil para o discurso de ódio, que desde 2018 têm registrado **aumento no período eleitoral.**

Em 2020, **racismo e xenofobia registraram mais do que o dobro de denúncias em relação à 2019.** Já as denúncias de **neonazismo tiveram um crescimento de 840,7% em 2020 em relação ao ano anterior.**



# Anexo V

ELEIÇÕES 2022 · DIVERSIDADE ELEITORAL · LGBTQIA+

## Trans na política enfrentam rotina de perseguição e ameaças de morte no país

Levantamento da Folha com 24 integrantes de Casas legislativas mostra que maioria sofre violência política

RODRIGUES, Artur; SANTOS, José Matheus. Trans na política enfrentam rotina de perseguição e ameaças de morte no país. **Folha de São Paulo**, 17 de maio de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/politicas-trans-enfrentam-rotina-de-persegucacao-e-ameacas-de-morte-no-pais.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/politicas-trans-enfrentam-rotina-de-persegucacao-e-ameacas-de-morte-no-pais.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa). Acesso em: 05 de jun. de 2022

OLIVEIRA, Mariana. Orlando Silva sofre ataques racistas e registra denúncia: inaceitável. **Congresso em Foco**, 03 de nov. de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/orlando-silva-sofre-ataques-racistas-e-registra-denuncia-inaceitavel/>. Acesso em: 07 de jun. de 2022



**ORLANDO SILVA SOFRE ATAQUES RACISTAS E REGISTRA DENÚNCIA: “INACEITÁVEL”**

MARIANA OLIVEIRA

POLÍTICA

## Censo das Prefeitas aponta aumento da violência política e assédio entre 2016 e 2020

Pesquisa do Instituto Alziras entrevistou 280 chefes de Executivos municipais

Bianca Gomes

27/04/2022 - 15:03 / Atualizado em 27/04/2022 - 19:03

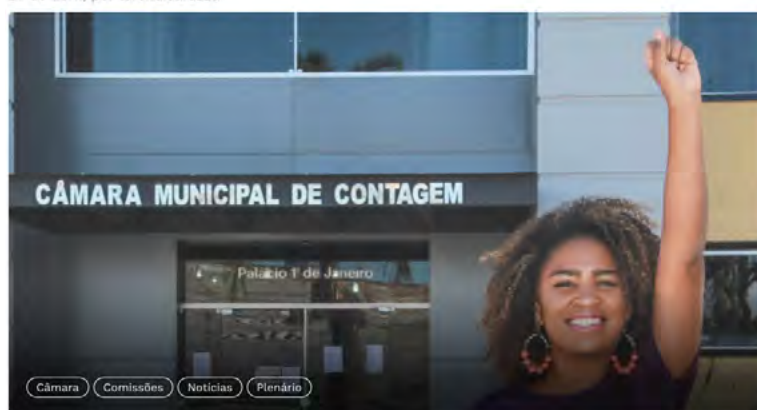
GOMES, Bianca. Censo das Prefeitas aponta aumento de violência política e assédio entre 2016 e 2020. **O Globo**, 27 de abril de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cento-das-prefeitas-aponta-aumento-da-violencia-politica-assedio-entre-2016-2020-1-25492383>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

## Anexo V

CARAZZA, Lorena. Contra ataques pessoais e comentários racistas, vereadores prestam solidariedade a Moara Saboia. **Câmara de Contagem**, 27 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.cmc.mg.gov.br/?p=18661>. Acesso em: 06 de jun. de 2022.

### Contra ataques pessoais e comentários racistas, vereadores prestam solidariedade a Moara Saboia

27 de abril, por lorena.carazza



### Primeira e única indígena na Câmara, Joenia Wapichana é alvo de ameaças e ataques racistas

Deputada federal da Rede acionou a Polícia Legislativa contra as agressões virtuais



deputada Joenia Wapichana. Créditos: Mídia Ninja

LONGO, Ivan. Primeira e única indígena na Câmara, Joenia Wapichana é alvo de ameaças e ataques racistas. **Revista Fórum**, 16 de mar. de 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/16/primeira-unica-indigena-na-cmara-joenia-wapichana-alvo-de-ameaas-ataques-racistas-111611.html>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

## Atividade 4

### Fake news, eleições em risco

---

#### Objetivo geral

Promover sensibilização sobre as consequências causadas pela disseminação de notícias falsas, intensificada durante as eleições, para o bom funcionamento da democracia, especialmente considerando o prejuízo gerado para escolhas bem informadas dos/as eleitores/as.

#### Habilidades da BNCC

EF09LP01, EM13LGG702, EM13LP42, EMIFCG01.

#### Tempo estimado

45-50 minutos.

#### Materiais para a aula

Reprodutor de vídeo, projetor (para exibição do anexo) e cartolina.

#### Passo a passo

A proliferação das chamadas *fake news* representa um movimento cada vez presente no cenário político brasileiro, especialmente durante o período eleitoral. A publicação de dados falsos nas redes sociais, no *Whatsapp*, e inclusive durante os discursos de campanha, acaba por influenciar diretamente a opinião popular, potencialmente resultando em mudanças nos processos democráticos. Nesse sentido, apesar da nossa Constituição garantir o voto universal, esse direito pode acabar por ser limitado pela modificação da percepção da realidade que orienta o/a cidadão/ã na sua tomada de decisão.

Para além disso, as notícias falsas alimentam a polarização já acirrada, podendo contribuir para cenários extremos como a ruptura social, estimulando e consolidando grupos favoráveis à instalação de regimes autoritários. Nesse sentido, as notícias falsas acabam por apresentar riscos para a democracia ao

reduzirem nossa capacidade de conhecer a realidade, de respeitar os demais e de participar de modo igualitário no processo político.<sup>28</sup> Nesse sentido, com a proliferação das redes sociais e o conseqüente estímulo à desinformação, as discussões didáticas sobre as eleições passam a necessitar a abordagem das notícias falsas, de forma a fortalecer a capacidade de análise e resposta dos/as estudantes diante desse cenário.

**1.** Primeiramente, para introduzir o assunto, assista com a turma a um trecho do vídeo da palestra de Cristina Tardáguila no TEDx Blumenau<sup>29</sup> sobre as conseqüências, as vezes devastadoras, geradas pelas notícias falsas. Você pode acessar o vídeo [aqui](#);

**2.** Após assistirem ao vídeo, levante uma discussão em classe a partir de perguntas norteadoras:

- *Vocês já receberam notícias falsas no celular? Que tipo de notícia?*
- *E já repassaram notícias falsas, ainda que não soubessem que eram falsas?*
- *Na opinião de vocês, quais os motivos que levam uma pessoa a criar uma notícia falsa?*
- *Vocês acham que as notícias falsas circulam mais em época de eleições? Por quê?*
- *Vocês conseguem pensar em alguma notícia falsa que esteja muito relacionada com o processo eleitoral? E qual o impacto que ela teve ou tem?*
- *Como vocês acreditam que as notícias falsas podem influenciar os resultados das eleições?*

#### Nota

Professor/a, aqui é um ótimo momento para que a turma explore a questão das urnas eletrônicas e o movimento de desqualificação das mesmas, que funcionam no nosso país desde 1996. Para isso, considere a manifestação oficial do Tribunal Superior Eleitoral a seguir.

Em todos os anos de eleições no Brasil, além dos acalorados debates entre os candidatos e suas propostas, sempre surge uma pergunta: a urna eletrônica é realmente segura? Essa questão mexe com o imaginário das pessoas e acende discussões na imprensa e nas redes sociais. Toda sorte de supostas fraudes e teorias conspiratórias surge nessa época. O fato é que a Justiça Eleitoral trabalha duro para garantir que a votação ocorra de forma segura, transparente e eficiente. E o sucesso e a qualidade desse trabalho podem ser conferidos pela população ao final de cada eleição.

A Justiça Eleitoral utiliza o que há de mais moderno em termos de segurança da informação para garantir a integridade, a autenticidade e, quando necessário, o sigilo. A garantia dessas barreiras – tanto físicas (componentes específicos de segurança) quanto digitais (*softwares* criados para impedir a fraude) – é reafirmada pelos Testes Públicos de Segurança, que expõem as urnas, em ambiente controlado, a especialistas que queiram testar sua segurança. Tais testes são realizados desde 2009, com o objetivo de aprimorar todo o sistema. Nenhuma tentativa de adulteração dos sistemas ou dos resultados da votação obteve êxito nesses testes. Além disso, há diversos mecanismos de auditoria e verificação dos resultados que podem ser efetuados por candidatos e coligações, pelo Ministério Público (MP), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo próprio eleitor.

Muito se fala da possibilidade de *hackers* invadirem as urnas no dia da votação, mas a urna eletrônica não é vulnerável a ataques externos. Esse equipamento funciona de forma isolada, ou seja, não dispõe de qualquer mecanismo que possibilite sua conexão a redes de computadores, como a Internet. A segurança é infinitamente superior ao antigo sistema de votação em cédulas de papel e de apuração manual, que era um processo lento, repleto de erros e passível de fraudes.

As eleições e as urnas brasileiras são seguras e confiáveis, seja pelo trabalho árduo da Justiça Eleitoral, seja pelo efetivo acompanhamento de todo o processo pela sociedade. Além de segura, a urna brasileira possui mecanismos com o objetivo de permitir que a cidadania, materializada no exercício do voto, seja exercida por todos os eleitores.<sup>30</sup>



3. Dando seguimento, exponha alguns dados sobre o impacto das notícias falsas no jornalismo e na democracia, ampliando a discussão (ANEXO VI);

4. Para finalizar a atividade, utilizando uma cartolina, sugira à turma que construam de maneira coletiva um guia sobre como lidar com notícias falsas na época das eleições. O material produzido poderá inclusive ser exposto na sala de aula, no corredor da escola ou mesmo nas redes sociais.

#### Nota

Professor/a, você pode acessar mais atividades que trabalham esse conteúdo no [caderno](#) do projeto *Cidadania e democracia desde a escola*, no eixo “Democracia, comunicação e direito à informação”, p.109.



## Para saber mais

JUSTIÇA ELEITORAL. II Seminário Internacional Desinformação e Eleições. **Youtube**, 26 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MgX2j8Z8HQE>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

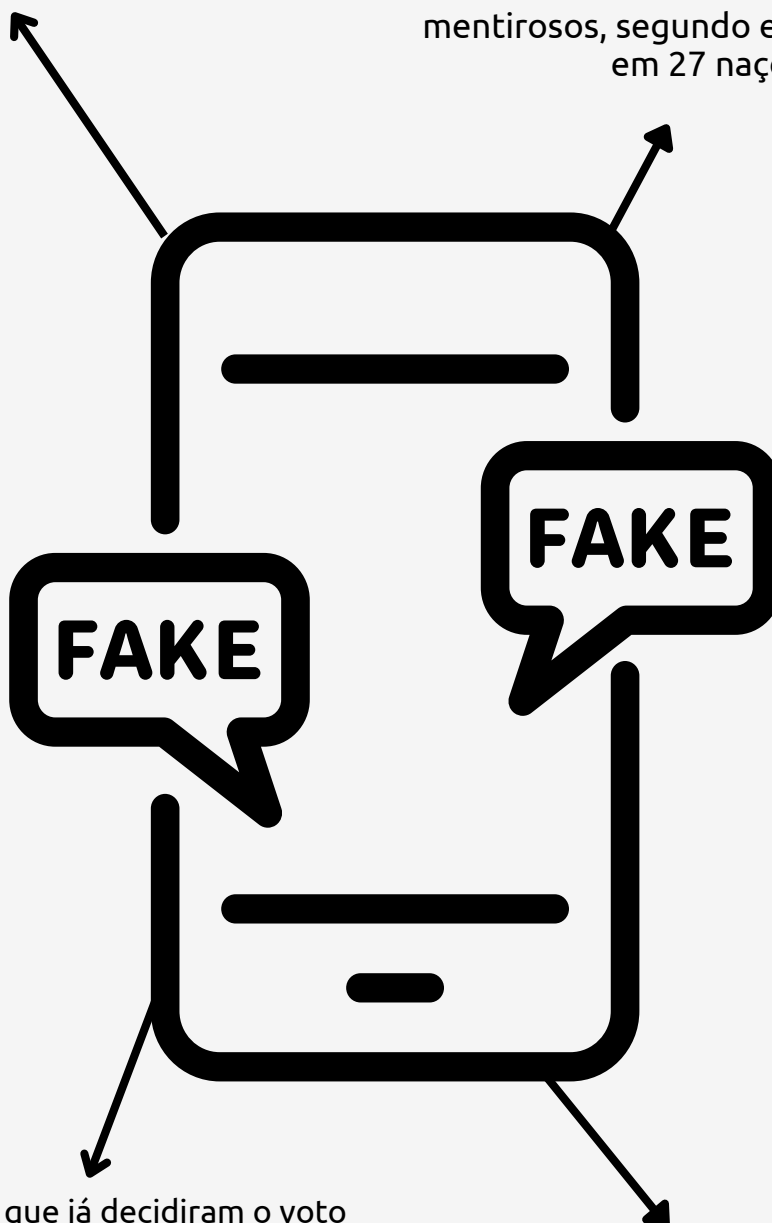
PRING, Coralie; VRUSHI, Jon. **Barômetro Global da Corrupção: América Latina e Caribe 2019**. Transparência Internacional, 2019. Disponível em: <https://dev.transparenciainternacional.org.br/publicacoes/barometro-global-da-corrupcao-2019-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

TAVARES, Joelmir. Datafolha: 60% dizem que fake news podem influenciar muito o resultado das eleições. **Folha de São Paulo**, 26 de mar. de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/datafolha-60-dizem-que-fake-news-podem-influenciar-muito-o-resultado-das-eleicoes.shtml>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

## Anexo VI

82% dos brasileiros acreditam que as fake news tenham influenciado as eleições presidenciais de 2018

somos o País mais propenso a acreditar em conteúdos falsos e mentirosos, segundo estudo realizado em 27 nações



45% afirmaram que já decidiram o voto levando em consideração informações vistas em alguma rede social

92,5% dos/as jornalistas profissionais afirmam que o fenômeno da desinformação afeta o trabalho que realizam

DA SILVA, Vitória Régia. Desinformação e violência nas redes mudam comportamento de jornalistas, mostra pesquisa. **Gênero e número**, 26 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/desinformacao-violencia-nas-redes-pesquisa>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

IPSOS. **Fake news, filter bubbles, post-truth and trust**. Paris: Instituto Ipsos, 2018. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-09/fake-news-filter-bubbles-post-truth-and-trust.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

PRING, Coralie; VRUSHI, Jon. **Barômetro Global da Corrupção: América Latina e Caribe 2019**. Transparência Internacional, 2019. Disponível em: <https://dev.transparenciainternacional.org.br/publicacoes/barometro-global-da-corrupcao-2019-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

## Atividade 5

# Voto é uma escolha pessoal de caráter coletivo

### Objetivo geral

Estimular a percepção do voto como uma escolha que exige responsabilidade e consciência, fomentando a reflexão da participação política como a tomada de responsabilidade para com o coletivo e com a construção de uma sociedade mais justa.

### Habilidades da BNCC

EF69LP14, EF69LP15, EM13LP26, EMIFCG07.

### Tempo estimado

45-50 minutos.

### Materiais para a aula

Anexos impressos e recortados (se não for possível, você pode projetá-los, designando cada personagem para um grupo), colas, cartolinas, canetas e lápis coloridos.

### Passo a passo

O sentido da democracia está na soberania popular, que se concretiza através do sufrágio universal como instrumento de mudança política e social. Dessa forma, a escolha livre e pessoal estabelecida através do voto secreto carrega automaticamente um caráter de responsabilidade muito especial na medida em que o sistema democrático funciona como um mecanismo de resolução de problemas e ampliação de direitos *coletivos*, e não simplesmente individuais.

Nesse sentido, além de representar um regime de governo, a democracia também pode ser entendida como uma “forma de vida” que se orienta pelo respeito mútuo, pelo diálogo e pela participação solidária em prol do bem comum. Pelo que é justo e necessário coletivamente.<sup>31</sup> Ou seja, ela implica

que nossa tomada individual de decisões leve em consideração o senso de comunidade e de pertencimento a algo maior e mais importante do que apenas os nossos desejos e interesses particulares.

A escola é por si só um espaço de intenso aprendizado sobre diferenças, liberdades, negociação, escuta e convivência, aspectos essenciais para o exercício da cidadania. Por outro lado, a escola também representa um lugar de referência para jovens que estão iniciando sua participação formal na democracia, experimentando a possibilidade de influenciar de forma efetiva as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, a educação passa a ter como missão não apenas prover subsídio para as questões mais práticas relacionadas aos direitos e deveres implicados na nossa sociedade, mas também possui a responsabilidade de fortalecer concepções e atitudes democráticas, a partir da valorização do exercício da cidadania como instrumento ativo de transformações.

## O QUE É UM VOTO CONSCIENTE

A princípio, quando se fala em voto consciente, faz-se referência à importância de um voto tomado a partir de informações adequadas. Que apontem ao eleitor que o votado é quem está mais apto a atender às demandas da população. Além disso, trata-se também de um voto “desapegado”: antes de pensar em vantagens pessoais, o eleitor deve pensar na coletividade, nas pessoas que o rodeiam: o que elas querem? O que eu acredito que elas precisam? É esse tipo de questionamento que deve estar na mente de um eleitor na hora de definir seu voto.

Infelizmente, votar parece ser mais uma daquelas situações em que existe uma grande dificuldade de se associar a ação à sua consequência. Muitos acreditam que não faz a menor diferença gastar tempo pensando no melhor candidato – afinal, dizem, eles são todos iguais e no fim das contas sempre se revelam corruptos.

Além desse grupo de pessoas descrentes da política, existem aqueles que negociam seu voto por vantagens pessoais, como cargos comissionados e benesses “informais” (para não dizer ilegais) junto ao poder público – apenas mais um dos traços do patrimonialismo ainda presente no Estado brasileiro. Ainda existem aqueles que acreditam que a política é um jogo de cartas marcadas e que os políticos são apenas fantoches na mão das pessoas e empresas que realmente possuem o poder.<sup>32</sup>

1. Para iniciar a atividade, organize a turma entre grupos de 4 a 5 estudantes. Nos grupos, distribua *cards* de personagens com discursos corriqueiros sobre o voto (ANEXO VII);

2. Nos grupos, peça para que os/as estudantes discutam e opinem sobre as situações trazidas pelos *cards*, buscando identificar as eventuais discordâncias e refletindo também sobre as possíveis identificações que tenham com os discursos dos personagens.

3. Em seguida, distribua colas, cartolinas, canetas e lápis coloridos. Levando em consideração a discussão gerada, oriente os grupos para que elaborem uma arte que represente e ilustre um contra argumento, uma situação oposta à perspectiva que é defendida pelos personagens. Estimule a criatividade da turma (por exemplo, os *cards* podem ser colados na cartolina, fazendo parte da ilustração), ressaltando que é interessante que pensem também nas discussões realizadas anteriormente por meio das outras atividades e na *importância das eleições como símbolo central da democracia e da participação cidadã*;

4. Depois de oferecer um tempo para a produção, peça para que os grupos compartilhem suas produções com toda a turma, expondo também o personagem que receberam. Nesse momento, oriente que os/as estudantes também discutam sobre o que sentiram ao realizar a atividade, quais reflexões ela gerou sobre a importância do voto e da participação política para construção de uma sociedade mais justa para todos e todas. Como encerramento, as cartolinas podem ser expostas lado a lado, em uma espécie de mural coletivo!

#### Nota

Professor/a, outra ideia é que os grupos elaborem, no lugar de uma peça artística ou como maneira de complementá-la, um “texto resposta” ao *card* que receberam. Nesse sentido, primeiramente devem identificar e introduzir a ideia defendida no discurso do personagem, para, em seguida, apresentar um ponto de vista contrário através de argumentos convincentes, antes de concluir retomando o ponto central da argumentação.



## Para saber mais

BLUME, Bruno André. Faça um voto consciente. Mas consciente do quê? **Politize!**, 22 de ago. de 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/voto-consciente-mas-consciente-do-que>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

NASCIMENTO, Celinha. **Democracia na escola**. São Paulo: Vlado Educação, 2020, 4.ed. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/wp-content/uploads/2019/10/democracia-na-escola.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. **Voto consciente 2022**. sem data. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/voto-consciente-2022/>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

## Anexo VII



*“não voto porque meu voto não faz diferença, é apenas um em milhões”*



*“vou votar nesse candidato porque ele vai beneficiar minha empresa, mesmo que eu ache que ele vá ser um governante ruim para a maioria das pessoas”*



*“eu vou escolher qualquer candidato porque eu considero que todos são corruptos”*



*“preferia não ter que votar porque não entendo nada de política”*

Recorte na linha tracejada

Recorte na linha tracejada

Recorte na linha tracejada

Recorte na linha tracejada

## Anexo VII



*“escolhi esse candidato porque me falaram que ele é bom, mas eu não pesquisei nada sobre suas propostas”*



*“eu vou votar em qualquer pessoa menos em mulher, porque mulher não entende de política”*



*“eu não tenho que pensar em mais ninguém na hora do meu voto, apenas no meu interesse”*



*“não ligo para as eleições porque as decisões tomadas pelos governantes não me atingem”*

Recorte na linha tracejada

Recorte na linha tracejada

Recorte na linha tracejada

Recorte na linha tracejada



# Referências

- 1 THE ECONOMIST ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **The Democracy Index 2021**. Londres: The Economist Economist Intelligence Unit, 2022. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/>. Acesso em: 05 de jun. de 2022
- 2 NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A Democracia e as Nações Unidas**. Nações Unidas, 10 de set. de 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/index.php/pt-br/55782-democracia-e-nacoes-unidas>. Acesso em: 07 de jun. de 2022
- 3 FOA, Roberto Stefan; KLASSEN, Andrew; WENGER, Daniella; RAND, Alex; SLADE, Micheal. **Youth and Satisfaction with Democracy: Reversing the Democratic Disconnect?**. Cambridge: Centre for the Future of Democracy, 2020. Disponível em: [https://www.cam.ac.uk/system/files/youth\\_and\\_satisfaction\\_with\\_democracy.pdf](https://www.cam.ac.uk/system/files/youth_and_satisfaction_with_democracy.pdf). Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 4 LATINOBARÓMETRO. **Informe 2021**. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2021. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 5 INSTITUTO SIVIS. **Valores em Crise 2020**. Curitiba: Instituto Sivis, 2020. Disponível em: <https://sivis.org.br/wp-content/uploads/2020/08/RelatorioValoresEmCrisePrimeiraOnda.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2022
- 6 Ibid.
- 7 SOLIJONOV, Abdurashid. **Voter turnout trends around the world**. Estocolmo: IDEA, 2016. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/voter-turnout-trends-around-the-world.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2022
- 8 REDAÇÃO. Ao final do 2º turno, presidente do TSE faz balanço das Eleições 2020. **Tribunal Superior Eleitoral**, 29 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/ao-final-do-2o-turno-presidente-do-tse-faz-balanco-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 9 DAMÉ, Luiza. Taxa de abstenção na eleição presidencial é a maior desde 1998. **Agência Brasil**, 28 de out. de 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/taxa-de-abstencao-na-eleicao-presidencial-e-maior-desde-1998>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 10 FACING HISTORY & OURSELVES. **Fostering civil discourse: a guide for classroom conversations**. Facing history & ourselves, 2016. Disponível em: [https://www.facinghistory.org/sites/default/files/publications/Fostering\\_Civil\\_Discourse.pdf](https://www.facinghistory.org/sites/default/files/publications/Fostering_Civil_Discourse.pdf). Acesso em: 05 de jun. de 2022
- 11 Ibid, p.1.
- 12 THE TONY BLAIR INSTITUTE FOR GLOBAL CHANGE. **Essentials for dialogue: Guidance and activities for teaching and practising dialogue with young people**. Londres: The Tony Blair Institute for Global Change, 2017. p.9. Disponível em: <https://generation.global/assets/resources/essentials-of-dialogue-english.pdf>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 13 THE TONY BLAIR INSTITUTE FOR GLOBAL CHANGE. **Difficult Dialogue in the Classroom: Guidance and activities to give teachers the skills to manage difficult dialogue**. Londres: The Tony Blair Institute for Global Change, 2017. p.32. Disponível em: <https://generation.global/assets/resources/difficult-dialogue-english.pdf>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 14 THE TONY BLAIR INSTITUTE FOR GLOBAL CHANGE. **Essentials for dialogue: Guidance and activities for teaching and practising dialogue with young people**. Londres: The Tony Blair Institute for Global Change, 2017. p.9. Disponível em: <https://generation.global/assets/resources/essentials-of-dialogue-english.pdf>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 15 FOA, Roberto Stefan; KLASSEN, Andrew; WENGER, Daniella; RAND, Alex; SLADE, Micheal. **Youth and Satisfaction**

**with Democracy:** Reversing the Democratic Disconnect?. Cambridge: Centre for the Future of Democracy, 2020. Disponível em: [https://www.cam.ac.uk/system/files/youth\\_and\\_satisfaction\\_with\\_democracy.pdf](https://www.cam.ac.uk/system/files/youth_and_satisfaction_with_democracy.pdf). Acesso em: 06 de jun. de 2022

16 GONÇALVES, Irlen. Uma conquista chamada democracia. **Pensar a educação em pauta**, 23 de março de 2016. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/uma-conquista-chamada-democracia-exclusivo/>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

17 Afirmações baseadas em:

MACEDO, Ana Raquel; CECCHERINI, Mauro (ed.). A história do voto no Brasil: da primeira eleição ao voto secreto. **Agência Câmara de Notícias**, Reportagem especial, sem data. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/439742-a-historia-do-voto-no-brasil-da-primeira-eleicao-ao-voto-secret>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

REDAÇÃO. Urna eletrônica 25 anos: lançado em 1996, equipamento é o protagonista da maior eleição informatizada do mundo. **Tribunal Superior Eleitoral**, 07 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Maio/urna-eletronica-25-anos-lancado-em-1996-equipamento-e-o-protagonista-da-maior-eleicao-informatizada-do-mundo>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

ROEDEL, Patricia. Anos 60 e 70: ditadura e bipartidarismo. **Agência Câmara de Notícias**, 30 de set. de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143270-anos-60-e-70-ditadura-e-bipartidarismo/>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

WESTIN, Ricardo. Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil. **Agência Senado**, 04 de nov. de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>. Acesso em: 05 de jun. de 2022

18 CHAÚÍ, Marilena. Breve história da democracia. In: CHAÚÍ, Marilena; FONTES, Virgínia; MAZZEO, Antônio Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. Curso A Democracia pode ser assim: história, formas e possibilidades. **Seminário Internacional "Democracia em colapso?"**. São Paulo: Boitempo e Sesc São Paulo, 2019. Disponível em: [https://democraciaemcolapso.files.wordpress.com/2019/10/apostila\\_curso\\_a-democracia-pode-ser-assim-boitempo-sesc-2019-1.pdf?fbclid=IwAR3bXGgeaPJBVRV8UG0da1bPtWVkyJYh8V6\\_RrnIslzByQlolEDPhUtaEs](https://democraciaemcolapso.files.wordpress.com/2019/10/apostila_curso_a-democracia-pode-ser-assim-boitempo-sesc-2019-1.pdf?fbclid=IwAR3bXGgeaPJBVRV8UG0da1bPtWVkyJYh8V6_RrnIslzByQlolEDPhUtaEs). Acesso em: 05 de jun. de 2022

19 OXFAM Brasil. **Democracia Inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras . São Paulo: Oxfam Brasil, 2021, p.20. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio\\_democracia\\_inacabada\\_vs07.pdf](https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio_democracia_inacabada_vs07.pdf). Acesso em: 06 de jun. 2022

20 Ibid.

21 SENADO FEDERAL. O que é, afinal, discurso de ódio? **Tumbler**, 06 de jan. de 2015. Disponível em: <https://www.tumblr.com/blog/view/senadofederal/107305524777?source=share>. Acesso em: 04 de jun. de 2022

22 SEIXAS, Thaís. Discurso de ódio cresce na internet em anos de eleição. **Agência Brasil**, 20 de abril de 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-04/discurso-de-odio-cresce-na-internet-em-anos-de-eleicao>. Acesso em: 07 de jun. de 2022

23 SILVA, Roberta Cristina Eugênio dos Santos. **As prefeitas negras no Brasil e a violência política de gênero**: um ensaio sobre desigualdade de gênero, violência política e raça. 111 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

- 24 RUEDIGER, Marco Aurélio (cord.), GRASSI, Amaro. **Discurso de ódio em ambientes digitais**: Definições, especificidades e contexto da discriminação on-line no Brasil a partir do Twitter e do Facebook. Rio de Janeiro: FGV DAPP 2021. Disponível em: <https://democraciadigital.dapp.fgv.br/estudos/discurso-de-odio-em-ambientes-digitais>. Acesso em: 05 de jun. de 2022
- 25 FREIRE, Maria Luiza. A violência política e o crescimento do discurso de ódio nas eleições. **Congresso em foco**, 12 de nov. de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/a-violencia-politica-e-o-crescimento-do-discurso-de-odio-nas-eleicoes/>. Acesso em: 07 de jun. de 2022
- 26 REDAÇÃO. Discurso de ódio nas redes sociais repete padrão de preconceitos da sociedade. **CNN**, 06 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/discurso-de-odio-nas-redes-sociais-repete-padrao-de-preconceitos-da-sociedade/#:~:text=A%20partir%20dessas%20den%C3%BAncias%2C%20tra%C3%A7ou,ind%C3%ADgenas%2C%20tamb%C3%A9m%20figuram%20nas%20estat%C3%ADsticas>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 27 FREIRE, Maria Luiza. A violência política e o crescimento do discurso de ódio nas eleições. **Congresso em foco**, 12 de nov. de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/a-violencia-politica-e-o-crescimento-do-discurso-de-odio-nas-eleicoes/>. Acesso em: 07 de jun. de 2022
- 28 MCKAY, Spencer; TENOVE, Chris. Disinformation as a Threat to Deliberative Democracy. **Political Research Quarterly** 2021, Vol. 74(3) 703–717. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1065912920938143>. Acesso em: 04 de jun. de 2022
- 29 TEDTALKS. Notícia Falsa Mata — Formemos agora um exército de checadores. Cristina Tardáguila no TEDxBlumenau. **Youtube**, 19 de maio de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=t2\\_hjLoo248&t=523s](https://www.youtube.com/watch?v=t2_hjLoo248&t=523s). Acesso em: 04 de jun. de 2022
- 30 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Urna eletrônica: 20 anos a favor da democracia**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-urna-eletronica-20-anos-a-favor-da-democracia/rybena\\_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-urna-eletronica-20-anos-a-favor-da-democracia/at\\_download/file](https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-urna-eletronica-20-anos-a-favor-da-democracia/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-urna-eletronica-20-anos-a-favor-da-democracia/at_download/file). Acesso em: 07 de jun. de 2022
- COIMBRA, Rodrigo. Por que a urna eletrônica é segura. **Revista Eletrônica da Escola Judiciária Eleitoral do TSE**, n.6, ano 4, 2014.. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n-6-ano-4/por-que-a-urna-eletronica-e-segura>. Acesso em: 06 de jun. de 2022
- 31 NASCIMENTO, Celinha. **Democracia na escola**. São Paulo: Vlado Educação, 2020, 4.ed. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/wp-content/uploads/2019/10/democracia-na-escola.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2022
- 32 BLUME, Bruno André. Faça um voto consciente. Mas consciente do quê? **Politize!**, 22 de ago. de 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/voto-consciente-mas-consciente-do-que>. Acesso em: 05 de jun. de 2022